

DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA PROMOÇÃO DA SAÚDE DO TRABALHADOR: UMA ANÁLISE MULTIFACETADA NO CONTEXTO DO SUS.

Mariana de Castro Paz¹;

Universidade Católica de Brasília (UCB), Brasília, DF.

<https://lattes.cnpq.br/0865140045485772>

Yohana do Prado Santos²;

Universidade Católica de Brasília (UCB), Brasília, DF.

<http://lattes.cnpq.br/9946159810875707>

Geanne Ferreira de Paiva³;

Universidade Católica de Brasília (UCB), Brasília, DF.

<https://lattes.cnpq.br/7497035568766670>

Eloisa Helena de Sousa Marques⁴;

Universidade Católica de Brasília (UCB), Brasília, DF.

<https://lattes.cnpq.br/1887052189818733>

Ataydes Dias Magalhães⁵;

Universidade Católica de Brasília (UCB), Brasília, DF.

<http://lattes.cnpq.br/9024824590619632>

Maria Luiza Stangherlin⁶.

Universidade Católica de Brasília (UCB), Brasília, DF.

<http://lattes.cnpq.br/5001140114184501>

RESUMO: Este artigo científico tem como objetivo explorar diversos aspectos relacionados à promoção da saúde do trabalhador, com foco na compreensão da realidade da população trabalhadora, na implementação de sistemas de informação em saúde do trabalhador, na análise das estratégias de vigilância em saúde adotadas pelos gestores e na avaliação das políticas públicas existentes. A partir desses objetivos, busca-se investigar a relação entre trabalho e saúde física e mental dos trabalhadores, identificar disparidades de saúde entre diferentes grupos, e propor estratégias e políticas públicas para melhorar as condições de trabalho e promover a saúde dos trabalhadores, alinhadas com os princípios e diretrizes do SUS.

PALAVRAS-CHAVES: Saúde do trabalhador. Vigilância em saúde do trabalhador. Política

de saúde do trabalhador.

CHALLENGES AND PERSPECTIVES IN PROMOTING OCCUPATIONAL HEALTH: A MULTIFACETED ANALYSIS IN THE CONTEXT OF THE SUS.

ABSTRACT: This article addresses the influence of psychosocial factors in the workplace on workers' health. The importance of understanding these impacts is highlighted to implement effective interventions that promote the health and well-being of employees. Strategies such as occupational health policies, mental health promotion programs and improving working conditions are essential to mitigate negative effects. Furthermore, the need for an organizational culture that values the balance between personal and professional life and respect for workers' rights is emphasized. The importance of a multidisciplinary approach involving employers, workers, health professionals and legislators in promoting health and safety at work is also highlighted.

KEYWORDS: Worker's health. Worker health surveillance. Policy worker health.

INTRODUÇÃO

A saúde do trabalhador representa um campo estratégico e indispensável para a promoção da saúde coletiva, sobretudo no contexto das políticas públicas brasileiras conduzidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS). As condições de trabalho, historicamente, constituem determinantes sociais que impactam diretamente os processos de adoecimento físico e mental da população economicamente ativa. Nesse cenário, torna-se imperativo compreender, de forma ampliada, as relações entre trabalho e saúde, bem como os desafios estruturais, institucionais e sociais que permeiam esse campo.

A construção da política de saúde do trabalhador no Brasil, embora respaldada por avanços normativos e legais desde a Constituição Federal de 1988, enfrenta entraves significativos na sua efetiva implementação. As dificuldades vão desde a limitada integração entre os serviços de saúde, passando pela fragilidade dos sistemas de informação e vigilância, até a insuficiência de recursos humanos capacitados para lidar com as especificidades dessa área.

Diante desse panorama, este capítulo propõe uma análise crítica e reflexiva sobre os desafios e as perspectivas na promoção da saúde do trabalhador no SUS, considerando a realidade da população trabalhadora, as limitações operacionais dos serviços, as fragilidades das estratégias de vigilância e os entraves para a consolidação das políticas públicas. Busca-se, ainda, discutir os impactos do trabalho na saúde física e mental dos trabalhadores, identificar desigualdades persistentes, e propor estratégias que fortaleçam as ações de promoção, prevenção e vigilância em saúde do trabalhador.

Portanto, ao reconhecer o trabalho como determinante social da saúde, este estudo se alinha aos princípios da integralidade, equidade e intersetorialidade do SUS, na perspectiva de contribuir para a efetivação de políticas públicas mais robustas, que garantam ambientes de trabalho seguros, saudáveis e socialmente justos.

Figura 2: Histórico de segurança do trabalho do Brasil.



Fonte: Ministério Público do Trabalho e Organização Internacional do Trabalho.

OBJETIVO

Este artigo científico tem como objetivo explorar diversos aspectos relacionados à promoção da saúde do trabalhador, com foco na compreensão da realidade da população trabalhadora, na implementação de sistemas de informação em saúde do trabalhador, na análise das estratégias de vigilância em saúde adotadas pelos gestores e na avaliação das políticas públicas existentes. A partir desses objetivos, busca-se investigar a relação entre trabalho e saúde física e mental dos trabalhadores, identificar disparidades de saúde entre diferentes grupos, e propor estratégias e políticas públicas para melhorar as condições de trabalho e promover a saúde dos trabalhadores, alinhadas com os princípios e diretrizes do SUS.

METODOLOGIA

Esta investigação foi desenvolvida por meio de uma pesquisa bibliográfica de natureza exploratória-descritiva, através do método qualitativo. As informações foram colhidas nas bases de dados SciELO, Leis e Revistas de Tecnologia e Sociedade. Para tanto, utilizaram-se os descritores para a língua portuguesa: “saúde do trabalhador;

vigilância em saúde do trabalhador; políticas em saúde do trabalhador”. Como critérios de inclusão elegeram-se publicações em português na forma de artigos (ensaios, revisões, leis e portarias referentes às políticas de saúde para o trabalhador). Foram excluídos textos que apresentaram apenas o resumo, artigos escritos integralmente em língua estrangeira, publicações que não abordaram a relação saúde-trabalho e artigos que não trouxeram como objeto de estudo as políticas públicas para o trabalhador. Foram encontrados mais de 20 artigos no banco de dados, destes, 15 foram excluídos mediante leitura dos resumos por não atenderem aos critérios de inclusão, restando 5 estudos propícios para serem analisados e mencionados no artigo. A avaliação inicial do material bibliográfico ocorreu mediante a leitura dos resumos, com a finalidade de selecionar aqueles que atendiam aos objetivos do nosso artigo.

DISCUSSÃO E RESULTADOS

O estudo “Saúde do Trabalhador no SUS – Avanços e desafios” oferece uma análise abrangente e crítica sobre a trajetória da institucionalização da Saúde do Trabalhador (ST) no Sistema Único de Saúde (SUS). O texto destaca que esse percurso não foi linear nem incremental, mas sim marcado por avanços significativos acompanhados por desafios que dificultaram sua consolidação efetiva. Desde a promulgação da Constituição Federal de 1988, houve esforços para incluir a ST no SUS, porém diversos obstáculos foram identificados ao longo do caminho.

A ausência de uma cultura de ST na saúde pública, dificuldades na utilização de recursos, falta de profissionais qualificados e conflitos de competência foram alguns dos desafios enfrentados. Além disso, a percepção da população trabalhadora como assistencialista contribuiu para dificultar a implementação efetiva de políticas de ST. Eventos como a II Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador em 1994 reforçaram a municipalização das ações de ST, mas essa transição também enfrentou dificuldades. A criação da Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador (CIST) e da Rede Nacional de Atenção Integral à Saúde do Trabalhador (Renast) representaram avanços importantes, porém o padrão identitário comum aos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest) dificultou adaptações regionais. A atuação do Ministério Público do Trabalho e das instituições acadêmicas foi relevante para promover a ST, porém a rotatividade de profissionais nos Cerest ainda causa descontinuidade de ações.

A homologação da Política Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora em 2012 foi um avanço, mas o desafio persiste na formação baseada em resultados objetivos, integrando pesquisa e ação. Em suma, o estudo destaca a importância de superar os desafios enfrentados na implementação da ST no SUS, buscando uma abordagem integrada e efetiva que promova a saúde e segurança dos trabalhadores de forma abrangente e sustentável.

O artigo “Uma breve reflexão sobre as políticas públicas na saúde do trabalhador”

apresenta uma análise crítica da implementação das políticas de saúde do trabalhador no Brasil. Destacase que, embora teoricamente a saúde deva ser ofertada de forma universal, na prática, a política de saúde do trabalhador não se apresenta de forma integral e muitas vezes não atende aos princípios de equidade. Um dos principais pontos levantados é a falta de reconhecimento por parte dos trabalhadores de que existe uma política de saúde voltada para eles. Isso reflete não apenas a falta de informação e conscientização, mas também a deficiência na efetivação das políticas públicas. Além disso, as mudanças nas configurações do trabalho, com o crescimento do mercado informal e das atividades autônomas, demandam uma abordagem mais abrangente da saúde ocupacional.

O artigo ressalta que a saúde do trabalhador é um direito humano que deve ser efetivado de forma ampla, não se limitando apenas à reparação de danos ou penalização de empresas. É fundamental adotar políticas públicas preventivas que abordem os riscos no ambiente laboral de maneira integral, considerando não apenas os aspectos físicos, mas também os organizacionais e psicossociais do trabalho. Nesse sentido, a execução efetiva das normas e políticas é crucial para garantir a proteção da saúde dos trabalhadores. A simples criação de leis e regulamentações não é suficiente se não forem acompanhadas de medidas concretas de implementação e fiscalização.

A prevenção de acidentes e doenças ocupacionais deve ser priorizada, visando não apenas reparar danos, mas principalmente evitar que ocorram. Em suma, o artigo enfatiza a necessidade de uma abordagem mais abrangente e eficaz das políticas de saúde do trabalhador, que leve em consideração não apenas os aspectos físicos, mas também os organizacionais e psicossociais do trabalho, buscando promover uma cultura de prevenção e proteção da saúde no ambiente laboral.

O artigo sobre doenças relacionadas ao trabalho oferece uma visão abrangente das condições de saúde dos trabalhadores, destacando os desafios enfrentados no ambiente laboral. A partir de um contexto histórico que remonta ao período pós-Segunda Guerra Mundial, o texto ressalta o surgimento da tecnologia industrial e suas consequências nas relações entre trabalhadores e ambientes de trabalho. Uma das contribuições mais significativas do artigo é a ampliação do conceito de Medicina de Trabalho para Saúde Ocupacional. Essa evolução reflete uma mudança de paradigma, passando de uma abordagem reativa para uma proativa, que visa não apenas tratar, mas também prevenir doenças relacionadas ao trabalho.

A promoção e preservação da integridade física do trabalhador tornam-se centrais nesse novo enfoque, buscando identificar e mitigar os fatores de risco presentes nos ambientes laborais. O artigo também destaca uma ampla gama de doenças ocupacionais que afetam os trabalhadores em diversas profissões. Essas doenças abrangem desde distúrbios musculoesqueléticos relacionados ao esforço repetitivo até problemas respiratórios, auditivos, de pele, visão e psicossociais. Essa diversidade de condições ressalta a complexidade do ambiente de trabalho e a importância de abordagens holísticas

na promoção da saúde ocupacional. Além disso, ao destacar as doenças ocupacionais, o artigo evidencia a necessidade de políticas e práticas de saúde ocupacional mais abrangentes e eficazes. Isso inclui não apenas a implementação de medidas de prevenção, como também o desenvolvimento de programas de conscientização e educação sobre saúde e segurança no trabalho.

No entanto, o artigo também aponta desafios significativos, como a falta de conscientização sobre os riscos ocupacionais, a resistência às mudanças por parte dos empregadores e a subnotificação de doenças relacionadas ao trabalho. Esses obstáculos destacam a necessidade de uma abordagem integrada que envolva não apenas os empregadores e trabalhadores, mas também governos, sindicatos e outras partes interessadas na promoção da saúde ocupacional.

Em resumo, o artigo fornece uma análise abrangente das doenças relacionadas ao trabalho, destacando a importância da saúde ocupacional na preservação do bem-estar dos trabalhadores. No entanto, também ressalta os desafios e lacunas existentes, apontando para a necessidade de uma abordagem mais abrangente e colaborativa para enfrentar esses problemas.

Foi analisado também um artigo que aborda os métodos preventivos na saúde do trabalhador, destacando a importância de medidas tanto de prevenção primária quanto de prevenção secundária para lidar com os distúrbios musculoesqueléticos relacionados ao trabalho, como as Lesões por Esforços Repetitivos (LER) e os Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT). Para prevenir esses problemas, é fundamental melhorar as condições de trabalho, fornecer orientações de saúde e treinamento adequados aos trabalhadores. Isso inclui o planejamento organizado das atividades laborais, a criação de um ambiente ergonômico, a preparação física e mental dos funcionários, bem como a implementação de pausas e rodízio de tarefas. Além disso, o artigo destaca a importância da aplicabilidade da ergonomia nos aspectos físicos, organizacionais e cognitivos do trabalho, além de sugerir a mecanização em atividades de grande sobrecarga biomecânica. A fisioterapia ambulatorial também é recomendada tanto para a prevenção primária quanto para a secundária de problemas osteomusculares. A norma ABNT ISO/TS é mencionada como uma referência importante para o estabelecimento de medidas preventivas, enfatizando a necessidade de envolvimento dos trabalhadores nos processos preventivos e o monitoramento individual dos níveis de exposição aos riscos ocupacionais. Em resumo, o artigo destaca a importância de adotar uma abordagem multifacetada e integrada para prevenir os distúrbios musculoesqueléticos no ambiente de trabalho, enfatizando não apenas a ergonomia física, mas também aspectos organizacionais e psicossociais para promover a saúde e a qualidade de vida dos trabalhadores.

A discussão sobre a legislação em saúde para os trabalhadores, como apresentada por Carvalho (2011), lança luz sobre uma série de dispositivos legais e constitucionais que visam proteger a saúde e os direitos dos trabalhadores no Brasil. A Constituição Federal

estabelece princípios fundamentais, como a redução dos riscos no ambiente de trabalho, a garantia de seguro contra acidentes e a proibição de trabalho noturno perigoso para menores, demonstrando um compromisso claro com a segurança e o bem-estar dos trabalhadores. No entanto, a eficácia desses princípios depende significativamente da implementação adequada das políticas públicas e da fiscalização efetiva por parte das autoridades competentes. A Lei Orgânica da Saúde, por exemplo, amplia esse escopo ao incluir a saúde do trabalhador como parte das responsabilidades do Sistema Único de Saúde (SUS), destacando a importância de abordagens integradas para lidar com questões de saúde ocupacional.

Por sua vez, a CLT detalha normas específicas relacionadas à segurança e à medicina do trabalho, atribuindo ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) a regulamentação e fiscalização dessas questões. No entanto, é importante reconhecer que, apesar da existência desses dispositivos legais, ainda há desafios significativos a serem superados na prática.

Um desses desafios é a garantia de que as empresas e empregadores cumpram efetivamente as leis e normas estabelecidas, garantindo um ambiente de trabalho seguro e saudável para todos os trabalhadores. Além disso, é essencial promover uma cultura de prevenção e conscientização sobre os direitos dos trabalhadores e os riscos à saúde no ambiente de trabalho. Portanto, enquanto a legislação fornece uma base sólida para a proteção dos trabalhadores, é crucial um esforço contínuo por parte do governo, das empresas e da sociedade em geral para garantir que essas leis sejam aplicadas e que os direitos dos trabalhadores sejam efetivamente protegidos. Isso não apenas beneficia os indivíduos em seu local de trabalho, mas também contribui para uma sociedade mais justa e equitativa como um todo.

CONCLUSÃO

Em conclusão, este artigo destaca a complexidade dos desafios enfrentados na promoção da saúde do trabalhador e na prevenção de doenças ocupacionais. Os impactos psicossociais no ambiente de trabalho representam uma faceta significativa desses desafios, afetando não apenas a saúde física, mas também o bem-estar mental dos trabalhadores. Em última análise, investir na saúde do trabalhador não é apenas uma questão de responsabilidade social, mas também uma estratégia fundamental para garantir a sustentabilidade e o sucesso a longo prazo das organizações. A adoção de práticas que promovam a saúde e o bem-estar dos trabalhadores não apenas beneficia os indivíduos, mas também contribui para um ambiente de trabalho mais produtivo, engajado e resiliente.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, V Carlos. **Saúde do trabalhador**. Brasília: Câmara dos Deputados, Consultoria Legislativa, 2011. Disponível em: <http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/9070>. Acesso

em: 21 abr. 2024.

SOUSA, I. F. Maria; NASCIMENTO, C. Diego; CHACON, S. Suely. **Uma reflexão sobre as políticas públicas na saúde do trabalhador**. Curitiba: Revista Tecnologia e Sociedade, v. 10, n. pag. 19, mai, 2013. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/2656>. Acesso em: 21 abr. 2024.

AIRES, A. S. André. Doenças relacionadas ao trabalho e suas consequências na Atenção à Saúde. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas, 2017. Disponível em: <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/ANDRE-AMADEU-SANTOS-AIRES.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2024.

GALAFASSI, C. Maria. Medicina do Trabalho: programa de controle médico de saúde ocupacional. São Paulo: Atlas, 1998. Disponível em: <https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:redes.virtual.bibliotecas>. Acesso em: 21 abr. 2024.

GOMEZ, M. Carlos; VASCONCELLOS, C. F. Luiz; MACHADO, M. H. Jorge. Saúde do Trabalhador: aspectos históricos, avanços e desafios no Sistema Único de Saúde. São Paulo: Ciência & Amp; Amp, v. 23, n. 6, p.1963 -1970, jun, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/141381232018236.04922018>. Acesso em: 21 abr. 2024.

GOMEZ, M. Carlos; COSTA, F. T. Maria. A construção do campo da saúde do trabalhador: percurso e dilemas. São Paulo: Cadernos de Saúde Pública v. 13, n. suppl 2, p. S21–S32, 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-311X1997000600003>. Acesso em: 21 abr. 2024.

VERONESI, R. J. José. Métodos preventivos na saúde do trabalhador. Espírito Santo: Fisioterapia Brasil, v.21, n. 1, p. 33–42, 14 fev, 2020. Disponível em: <https://convergenceseditorial.com.br/index.php/fisioterapiabrasil/article/view/3940/htm>. Acesso em: 21 de abr. 2024.